

Resenha de: Villas-Bôas, Ana Lucia A. 2016. *PEB – Programa Espacial Brasileiro: militares, cientistas e a questão da soberania nacional*. Lisboa: Chiado Editora.

Rev. Bras. Est. Def. v. 4, n° 2, jul./dez. 2017, p. 273-275
DOI: 10.26792/RBED.v4n2.2017.72595
ISSN 2358-3932

RAQUEL DOS SANTOS MISSAGIA

O livro *PEB – Programa Espacial Brasileiro: militares, cientistas e a questão da soberania nacional* trata de um tema ainda pouco explorado pelos pesquisadores brasileiros, o Programa Espacial Brasileiro e seus desdobramentos para a política nacional. O livro de Ana Lucia A. Villas-Bôas nos leva a pensar sobre como é o desenvolvimento científico-tecnológico em países emergentes, que é o caso brasileiro. O cerne do seu campo de análise reside na intersecção da dimensão tecnológica com a política, ou seja, de que modo ocorre a dinâmica do binômio ciência e tecnologia e a soberania nacional dos Estados.

Neste livro, Villas-Bôas traz à luz a história da implantação do moderno sistema de ciência e tecnologia no Brasil. Uma percepção cuidadosa que articula diferentes planos de análise, desde a conjuntura internacional até a conjuntura doméstica. Demonstrando como que o PEB, ao longo de sua trajetória, esteve sob pressão de diversas variáveis. Seja pela conjuntura das relações internacionais do pós-Segunda Guerra Mundial, seja pelo contexto da economia desenvolvimentista, o qual determinava o nexos Estado e Sociedade, os atores – principalmente, cientistas e militares – envolvidos na questão do desenvolvimento do Programa Espacial tiveram que firmar alianças e estratégias para garantirem a implementação de suas escolhas. A principal questão deste trabalho é como o Brasil, um país em desenvolvimento e inserido no contexto da globalização econômica, pode alcançar soberanamente um projeto nacional de desenvolvimento sustentável a partir de sua capacitação tecnológica em áreas de ponta como o setor espacial. A resposta para esta questão é que o desenvolvimento das tecnologias espaciais capacita o país para defender sua soberania e garantir a segurança e defesa de suas fronteiras e território, além de inserir o Brasil no seleto grupo de países que partilham o mercado de lançamento de saté-

lites. Para abordar a complexidade do Programa Espacial Brasileiro, este livro possui um enfoque amplo da história do PEB.

O primeiro capítulo versa sobre a construção do Programa Espacial Brasileiro, desde 1940, com a instituição de políticas voltadas para a criação de instituições que favoreceriam direta ou indiretamente o desenvolvimento das atividades espaciais, até a instituição por decreto do presidente Jânio Quadros, para a formação do Grupo de Organização Nacional de Atividades Espaciais (GOCNAE). Os primeiros momentos do desenvolvimento do setor espacial no Brasil se entrecruza com o setor nuclear, uma vez que ambos estavam inseridos num plano maior, que era o da implantação de um sistema de ciência e tecnologia no país.

Apesar disso, essa narrativa buscou se desvincular daquela que se refere à energia nuclear. A análise da conjuntura externa centrou-se na Guerra Fria e em suas implicações para o desenvolvimento da área espacial no Brasil, *pari passu* a autora traz a análise do cenário interno matizado por diferentes correntes de pensamento econômico que eram representadas pelos principais atores envolvidos nas questões ligadas à implantação da ciência, ou seja: militares, intelectuais e cientistas. A percepção que estes atores tinham sobre questões como nacionalismo, estratégia, defesa e soberania é levada em consideração, principalmente, por determinar os caminhos empreendidos na institucionalização do setor espacial brasileiro.

O segundo capítulo trata de um período que foi considerado como um momento decisivo para o Programa Espacial Brasileiro, os governos militares. A chegada dos militares ao poder em 1964, inaugura uma nova etapa para o setor espacial no Brasil. Neste capítulo a pesquisadora se debruça sobre a questão: Por que um programa espacial no Brasil? Na busca por responder essa pergunta, Villas-Bôas mostra como a construção do Programa Espacial esteve calcada na ideia de Brasil Potência. Ao mesmo tempo, é possível percorrer a trajetória das Forças Armadas na história republicana e o papel desempenhado por estas na construção de uma base científica que objetivava elevar o Brasil ao patamar de potência.

A formulação, em 1979 – durante o governo de Ernesto Geisel, da Missão Espacial Completa Brasileira (MECB) é o ponto chave para a consolidação de um programa de capacitação para o desenvolvimento de tecnologias espaciais. O governo passou a investir na criação de uma infraestrutura que deu origem ao complexo espacial. A MECB estabeleceu três metas: o Veículo Lançador de Satélites, um novo campo de lançamento e quatro satélites (dois coletores de dados e dois de sensoriamento remoto). A participação dos militares na edificação do complexo espacial foi uma constante desde os primeiros esforços. Assim, a presença desses atores ocupou um papel privilegiado neste cenário, em que o consenso em torno

de um projeto de desenvolvimento de C&T fortaleceu determinadas posições e alavancou o PEB.

O terceiro capítulo vai além da reconstrução histórica, buscando apontar novos caminhos que, com o fim da Guerra Fria e da Ditadura Militar, o Programa Espacial Brasileiro passou a trilhar. A aceleração do processo de mundialização da economia, caracterizado pela globalização também é uma variável importante na transformação dos programas espaciais do mundo inteiro.

O fim da Guerra Fria fez com que os objetivos bélicos do PEB saíssem de primeiro plano, era necessário redirecionar o uso das tecnologias espaciais para outro contexto, o pós-Guerra Fria. Nesse sentido, a República Nova, inaugurada com o fim do Regime Militar brasileiro, fortaleceu o caráter civil através da criação da Agência Espacial Brasileira (AEB), cujo programa de cunho civil está calcado na promoção do desenvolvimento das tecnologias espaciais com o objetivo de salvaguardar o desenvolvimento sustentável e apoiar a defesa de um projeto nacional soberano.

O pós-Guerra Fria abriu espaço para novas questões sobre o uso das tecnologias espaciais. Num contexto de fortalecimento da Agenda Verde, o setor espacial passou a desempenhar um papel relevante de controle do ambiente, a partir do monitoramento e fornecimento de informações sobre todas as partes do planeta.

A autora conclui que o PEB, atualmente, envereda por uma vocação civil e ambientalista, e já busca se inserir no setor comercial através do mercado bilionário de lançamento de satélites, através do aluguel da Base de Alcântara, no Maranhão. Apesar de toda importância do setor espacial, o PEB não se tornou um programa prioritário. Nesse sentido, a falta de investimento fez com que este programa não se transformasse num vetor importante para o desenvolvimento científico e tecnológico. A conclusão é de que sem autonomia técnico-científica o PEB não será capaz de garantir capacitação no setor espacial, conquistando uma soberania relativa no mundo globalizado.